**O DESAFIO DO PODER JUDICIÁRIO NA HERMENÊUTICA DO EFEITO DIRETO
E IMEDIATO E NA CAUSA DETERMINANTE DO DANO: UMA
ANÁLISE DA PRÁTICA JUDICIÁRIA**

**THE CHALLENGE OF JUDICIAL POWER IN HERMENEUTICS EFFECT OF
DIRECT AND IMMEDIATE AND IN CONSIDERATION OF THE DETERMINANT
DAMAGE: A ANALYSUS OF JUDICIA PRACTICE**

Sérgio Henrique Tedeschi

RESUMO

O trabalho intitulado “O desafio do poder judiciário na hermenêutica do efeito direto e imediato e na causa determinante do dano: uma análise da prática judiciária” tem como objetivo destacar a cultura jurídica na aplicação de normas legais ao caso concreto. Neste sentido, almeja-se focar a interpretação de normas legais pelo Poder Judiciário, bem como a prática judiciária na aplicação ao caso posto a deslinde, com a função primordial de atingimento da justiça. Tendo isto em vista, será dado destaque ao nexu causal e as suas excludentes, iniciando-se com uma análise na obrigação de reparar, passando-se pela evolução doutrinária sobre causas e condições do dano, culminando com uma análise sobre a teoria da causalidade adequada. Também serão estudadas as excludentes do nexu causal, tais como o caso fortuito, a força maior, o fato do lesado, o fato de terceiro, dentre outras, com o fito de demonstrar que a existência delas exclui o dever de indenizar. Neste ponto também será posta em foco a exceção às excludentes de nexu causal. Por fim, serão analisadas a evolução doutrinária e jurisprudencial acerca dos significados e das corretas interpretações do efeito direto e imediato contido no artigo 403 do Código Civil pátrio, bem como da causa determinante do dano.

PALAVRAS-CHAVE: Nexu causal. Efeito direto e imediato. Causa determinante.

ABSTRACT

The work entitled "The Challenge of the judiciary in the hermeneutics of direct and immediate effect and the cause of the damage: an analysis of judicial practice" aims to highlight the legal culture in the application of legal standards to this case. This effect, aims to focus on the interpretation of laws by the judiciary and the judicial practice in applying to the case put to the demarcation, with the main task of achieving justice. With this in view and shall be given the causal and its exclusive, beginning with an analysis of the obligation to repair, passing by the doctrinal evolution of causes and conditions of the damage, culminating with an analysis of the theory of adequate causation . Will also be studied excluding the causal relationship, such as fortuitous events, force majeure, the fact of the victim, the third fact, among others, with the aim of demonstrating that their existence exclude the duty to indemnify. At this point is also brought into focus the exception to the exclusionary of causation. Finally, the evolution will be examined doctrine and jurisprudence on the meanings and correct interpretation of the direct and immediate effect, contained in Article 403 of the Civil Code paternal as well as the cause of the damage.

KEYWORDS: Causal link. Direct and immediate effect. Determinant.

INTRODUÇÃO

Os tribunais pátrios muitas vezes se deparam com situações envolvendo discussões sobre danos causados.

Nestes julgamentos, muitas vezes o que está em análise é o momento ou a causa determinante do dano.

Contudo, determinar a causa e o efeito direto e imediato do dano não é uma tarefa simples.

Diante disso, é importante o estudo do nexo de causalidade e suas excludentes, que é um tema que gera muita discussão e polêmica no Direito.

Apesar de parecer simples, encontrar a sua ocorrência, determinando a relação de causa e efeito em um fato gerador, que possa ter causado danos a serem indenizados, nem sempre é singelo.

O presente trabalho visa a analisar o significado e o alcance da expressão “efeito direto e imediato”, encontrada no artigo 403 do Código Civil de 2002, e o desafio do Poder Judiciário em aplicar ao caso concreto o que determina a lei, com o alcance determinado pelo legislador.

Serão analisadas a evolução e as posições doutrinárias acerca do tema, bem como a forma que os tribunais brasileiros têm encarado e decidido questões envolvendo nexo causal e dano.

Para isso, será enfocada a evolução doutrinária das teorias relativas ao nexo causal, bem como as causas e condições do dano, e a obrigação de indenizar.

Também serão tratadas as excludentes de causalidade, e as exceções previstas em nossa legislação.

Por fim, serão analisadas a doutrina e algumas decisões judiciais a respeito da causa determinante do dano, com o objetivo de simplificar e sugerir uma hermenêutica para a expressão acima citada.

1 OBRIGAÇÃO DE REPARAR

Com a evolução do direito, também evoluem as disposições que, durante anos, regeram os mais variados assuntos.

No caso da responsabilidade civil, há uma crescente evolução doutrinária e jurisprudencial, determinando que a responsabilidade, outrora fortemente arraigada como subjetiva, enverede para objetiva.

Apesar do Código Civil de 1916 determinar que a responsabilidade civil é subjetiva, orientação na qual foi seguido pelo Código Civil de 2002, a tendência é considerar-se como sendo objetiva, ou seja, independe de culpa do causador do dano.

Neste caminho, também é necessário que seja demonstrado o nexo causal¹ entre o fato gerador e o dano ocorrido, sendo que, hodiernamente, tal nexo ganhou contornos importantes na demonstração da responsabilidade civil.

Com isso, apenas existe a obrigação de reparar² pela ocorrência de danos que tenham sido causados por fatos de responsabilidade da pessoa obrigada a indenizar.

No entanto, o evento danoso pode ser causado por outra pessoa³, coisas⁴ ou animais⁵ que estejam sob responsabilidade de quem efetivamente deverá reparar o dano.

Diante disso, tem-se a evolução do instituto em comento, o qual alargou o leque de possibilidades de reparação de danos, tanto pelo indivíduo que diretamente cometeu o dano, quanto por outras pessoas, coisas e animais que estão sob sua responsabilidade e dever de cuidado.

Inclusive, há obrigação de reparar mesmo quando da ocorrência de eventos danosos sem a participação de pessoas, coisas ou animais. Exemplo desta assertiva é a

¹ Para Álvaro Villaça Azevedo (2008, p. 253), “nexo de causalidade ou causal é o liame que se estabelece entre o fato danoso e o dano. Sem essa relação causal não há responsabilidade civil.”

² Conforme dispõe o artigo 927 do Código Civil: “Aquele que, por ato ilícito (arts 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

³ Como dispõe os incisos do artigo 932 do Código Civil de 2002: “São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.”

⁴ Vide artigo 937 do Código Civil: “O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.”

⁵ Conforme artigo 936 do Código Civil: “O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.”

hipótese de um raio danificar aparelhos domésticos em um condomínio, sendo que a responsabilidade em reparar estes danos é da companhia de luz.

2 CAUSAS E CONDIÇÕES DO DANO: EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA

Todos os eventos danosos possuem causas e condições para a sua ocorrência.

As causas são os fatores determinantes para a ocorrência do dano. Paulo José da Costa Júnior (1996, p. 65) menciona: “que é que se deve entender por *causa*? ... a causalidade jurídica nem sempre coincide com a causalidade lógica ou física.”

Já as condições são os elementos sem os quais o dano não teria ocorrido.

As concausas merecem rápido enfoque, podendo ser conceituadas como causa(s) ocorrida(s) anteriormente, e que influencia(m) no surgimento do prejuízo por um evento danoso que, somado a esta(s) causa(s) anteriormente havida(s), gera(m) o dever de indenizar.

Como exemplo de concausa pode-se citar um veículo de propriedade da empresa “A” que, em razão de um desvio brusco realizado para não atropelar uma criança que, de inopino, surgiu na sua frente, veio a colidir com um caminhão de propriedade da empresa “B”, o qual trafegava na via de mão contrária, gerando prejuízos.

Ato contínuo, Fernando Noronha (2003, p. 589) versa que, com a evolução do estudo da causalidade, foram desenvolvidas 3 teorias para procurar resolver a questão das condições do dano. Trata-se das teorias da equivalência das condições, da causalidade necessária e da causalidade adequada.

A teoria da equivalência de condições versa que o agente responde por todos os danos causados pelo fato gerador, ocorrido por sua responsabilidade.

Para esta teoria, é indiferente falar-se em causas ou condições do dano. A pessoa deve responder por todos os danos oriundos do evento inicial, caso estes danos tenham ligação com o fato gerador inicialmente cometido.⁶

Tal teoria possui paralelo com nome idêntico⁷ no Direito Penal, na qual, quando se cometia um crime de homicídio, por exemplo, se responsabilizava desde o autor do delito até quem fabricou e vendeu a arma e a bala utilizada!

⁶ Para Álvaro Villaça Azevedo (2008, p. 253), “pela teoria da equivalência das condições, todas as concausas, condições e circunstâncias que tenham concorrido para o evento danoso devem ser consideradas englobadamente como causas. Sem esse somatório de condições e circunstâncias, o prejuízo não ocorreria.”

Esta teoria é passível de críticas, pois a obrigação de indenizar poderia ter seu ângulo de abrangência muito alargado, a exemplo do que ocorria no Direito Penal. Além disso, esta teoria também apresentaria dificuldades em casos de responsabilidade civil objetiva, por se prescindir a culpa, e pelo fato de, muitas vezes, o dano não ter sido causado por uma conduta humana.

Já a teoria da causalidade necessária⁸ reza, conforme o próprio nome diz, que deve haver uma relação necessária entre o fato gerador e o evento danoso. Em outras palavras, os danos a serem indenizados devem advir como causa necessária do evento ocorrido.

Esta teoria também não é satisfatória, porque ficaríamos a perguntar qual condição do dano é mais importante, qual explica sozinha a ocorrência do dano, sendo que todas as condições seriam necessárias e, portanto, causais. Com isso, cair-se-ia na velha teoria da equivalência das condições.

Por sua vez, a teoria da causalidade adequada procura resolver a questão em termos de razoabilidade e previsibilidade do dano. A condição seria causa de um dano quando, segundo o curso normal dos acontecimentos, poderia produzir o evento danoso. Ou seja, é razoável e previsível que os acontecimentos causados tenham sido gerados pelo evento danoso havido.

O Código Civil de 2002 procurou regular a matéria da causalidade, mediante o artigo 403, que preconiza: “Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.”

Arnaldo Rizzardo (2007, p. 76) versa que “interessa no caso, o dano que é efeito direto e imediato do fato causador, e não o remoto, ou advindo de novas causas. Apenas aqueles danos que têm relação com o fato ocorrido, e não outros que aparecem.”

A teoria da causalidade adequada delimita até onde pode ir a responsabilidade do causador do fato gerador, sendo a que melhor se encaixa para interpretar o artigo 403 do Código Civil.

⁷ Também conhecida como *conditio sine qua non*.

⁸ Nasceu na França, com Pothier, tendo influenciado a redação do Código Civil português de 1867.

2.1 A TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA E AS FORMULAÇÕES POSITIVA E NEGATIVA: CONCLUSÕES

Procurou-se explicar a causalidade com formulações intituladas de positiva e de negativa.

A formulação positiva prega que, quando o fato gerador favorecer a ocorrência do dano, este seria uma conseqüência natural e provável do evento.

Já a formulação negativa versa que a causalidade fica excluída quando o dano havido tenha por origem conseqüências indiferentes ao fato gerador.

Fernando Noronha (2003, p. 604) entende que, das duas formulações acima citadas,

a formulação negativa tem especial relevo pelo fato de explicar bem a responsabilidade naqueles casos em que o dano acontecido não é conseqüência direta do fato e, contudo, não lhe é estranho, ou indiferente. ... Em segundo lugar e agora do ponto de vista prático, a formulação negativa dilata o âmbito da causalidade. ... Em terceiro lugar e também do ponto de vista prático, a formulação negativa é mais favorável para o lesado, porque facilita a prova do nexa de causalidade: provada a condicionalidade, isto é, provado que o evento atribuído ao indigitado responsável foi uma condição do dano, fica presumida a adequação.

Pelo versado acima, pode-se concluir que os danos, caso estejam ligados ao primeiro evento (danos indiretos), devem ser indenizados.

Na formulação positiva, o ônus da prova para demonstração do nexa causal entre o fato gerador e o dano é do lesado.

Já no caso da formulação negativa, e conforme versado acima, há a facilitação da prova do nexa causal, pois existe a necessidade apenas da demonstração da inexistência de relação entre o fato gerador e o dano.

Diante disso, pode-se concluir que, para que haja o nexa causal, o dano deve ser conseqüência do fato gerador ocorrido, devendo ser previsível. Além disso, para que o dano seja indenizável, deve estar presente uma lesão a um bem juridicamente tutelado⁹ pelo ordenamento pátrio.

⁹ Como, por exemplo, o direito à vida.

3 AS EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL

O nexo de causalidade comporta excludentes, as quais, quando presentes, desobrigam o causador do evento danoso a indenizar o prejuízo causado a outrem.

Com isso, e como em casos de responsabilidade civil os fatos devem ser previsíveis e prováveis, a *contrario sensu*, não se indenizarão danos oriundos de circunstâncias extraordinárias e situações improváveis.

3.1 O CASO FORTUITO E A FORÇA MAIOR *LATO SENSU*

O caso fortuito e a força maior se caracterizam quando o fato gerador é inevitável, sendo estranho ao responsável pelo dano causado. Nestes casos, são excludentes do nexo causal.

Para Fernando Noronha (2003, p. 620), são espécies de caso fortuito e força maior *lato sensu*, o fato do lesado, o fato de terceiro, e o caso fortuito e força maior *stricto sensu*.

Além destas espécies acima versadas, são excludentes de causalidade a legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estado de necessidade.

Álvaro Villaça Azevedo (2008, p. 255) prevê ainda mais uma excludente de causalidade: “a cláusula de não indenizar, no campo exclusivamente da responsabilidade contratual.”

Analisemos cada uma das hipóteses acima versadas.

3.1.1 O fato do lesado

O fato do lesado nada mais é do que a culpa exclusiva da vítima¹⁰. Ocorre quando o lesado contribuiu integralmente para a ocorrência do fato gerador e para o dano.

Nestes casos, não há obrigação de indenizar, justamente pela inexistência de nexo causal, ou seja, pela excludente de causalidade.

Pode-se citar como exemplo o caso do um indivíduo que pula o muro de uma empresa para buscar uma bola de futebol que caíra lá dentro, ignorando o aviso de

¹⁰ Também chamado de fato da vítima.

“cuidado, cachorro bravo, nervoso e anti-social.” Em advindo danos ao indivíduo, em razão do ataque do tal cão, a empresa não será obrigada a indenizar.

3.1.2 O fato de terceiro

Ocorre o fato de terceiro quando o evento danoso não é causado nem pelo lesado, nem pela pessoa que pode ser responsabilizada.

Como exemplo pode-se citar o caso de engavetamento de veículos. Imagine-se que 4 veículos estão parados, e um quinto, em velocidade incompatível com a via, abalroa o quarto veículo parado, causando o engavetamento. Caso o condutor do segundo veículo dirija sua pretensão indenizatória contra o terceiro veículo, este poderá alegar o fato de terceiro, excluir o nexa causal, e, assim, não reparar os danos causados ao segundo veículo.

Isso porque a causa determinante¹¹ do evento danoso foi o abalroamento do quinto no quarto veículo, sendo que os demais veículos podem alegar o fato de terceiro para excluir o nexa causal, e, conseqüentemente, suas responsabilidades.

3.1.3 Caso fortuito e força maior *stricto sensu*

O caso fortuito é a manifestação de forças da natureza, como trovões, furacões, etc. A força maior é a natureza coletiva e anônima, como guerras, assaltos, etc. A força maior também pode advir de autoridades governamentais¹².

O caso fortuito se caracteriza pela imprevisibilidade. Já a força maior, pela irresistibilidade. A inevitabilidade é característica de ambos.

Sérgio Savi (2005, p. 464/465) classifica o caso fortuito como fortuito interno, que “seria aquele fato imprevisível, e por isso, inevitável, mas que está ligado à organização da empresa, que se relaciona com os riscos da atividade desenvolvida pelo ofensor”, e fortuito externo, que “é aquele dano estranho à organização da empresa, cujos riscos não são suportados por ela.” Na visão do autor citado, apenas o fortuito externo seria excludente de nexa causal.

¹¹ Analisaremos mais detidamente a questão da causa determinante do dano no item 6 do presente trabalho.

¹² Também chamado de “fato do príncipe”, quando a autoridade gera o dano.

3.1.4 Legítima defesa, exercício regular de um direito e estado de necessidade

O Código Civil de 2002 traz, no inciso I do artigo 188¹³, que a legítima defesa¹⁴ e o exercício regular de um direito seriam excludentes de causalidade, posto não constituírem atos ilícitos.

Por sua vez, o inciso II¹⁵ do artigo 188 do Código Civil versa que, quem age em estado de necessidade¹⁶, também não comete ato ilícito.

3.1.5 A cláusula de não indenizar

Alguns doutrinadores¹⁷ entendem que, caso seja pactuado em contrato cláusula de não indenizar, tal estipulação seria excludente de causalidade, e, conseqüentemente, do dever de indenizar.

Álvaro Villaça Azevedo (2008, p. 260) enfoca a questão da seguinte forma: “assim, também entendo que essa cláusula pode ser admitida, desde que preenchidos três requisitos: bilateralidade; não ofender norma cogente, a ordem pública e aos bons costumes; e não acobertar o dolo.”

Sendo assim, caso a referida cláusula tenha sido avençada pelas partes, ocorrerá a excludente de causalidade caso ocorra o evento previsto.

4 EXCEÇÃO ÀS EXCLUDENTES DE NEXO CAUSAL

Existe uma exceção às excludentes denexo causal acima mencionadas. Ocorre quando houve o dano em razão de um fato gerador ligado a certas atividades, e os riscos a ela inerentes. Além disso, a exceção também é reforçada quando existem normas determinando regras em razão do risco da atividade, como por exemplo, explorações

¹³ “Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;”

¹⁴ Vide artigo 25 do Código Penal: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”

¹⁵ “a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.”

¹⁶ Conforme artigo 24 do Código Penal: “Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.”

¹⁷ Dentre eles, Sílvio Rodrigues, Aguiar Dias e Caio Mário da Silva Pereira.

nucleares e trabalho em refinarias de petróleo, dentre outras. Parte da doutrina¹⁸ denominou esta situação de responsabilidade civil objetiva agravada.

Fernando Noronha (2003, p. 487), quando trata da diferenciação entre responsabilidade civil objetiva comum e responsabilidade civil objetiva agravada, reza que:

em ambas prescinde-se de culpa; as duas têm por fundamento um risco de atividade, mas este é diferente numa e noutra. Na comum exige-se que o dano seja resultante de ação ou omissão do responsável (embora não culposa), ou de ação ou omissão de pessoa a ele ligada, ou ainda de fato de coisas de que ele seja detentor. Na agravada vai-se mais longe e a pessoa fica obrigada a reparar danos não causados pelo responsável, nem por pessoa ou coisa a ele ligadas; trata-se de danos simplesmente acontecidos durante a atividade que a pessoa responsável desenvolve.

Em situações de responsabilidade civil objetiva agravada não são aplicadas as excludentes denexo causal, sendo que o responsável pelo dano, mesmo que invoque alguma das excludentes acima mencionadas, não conseguirá se eximir da obrigação de reparar o dano ocorrido.

5 ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL DO EFEITO DIREITO E IMEDIATO/CAUSA DETERMINANTE DO DANO

Os tribunais pátrios sempre se deparam com ações judiciais pleiteando indenizações por danos havidos.

Nestas ações, para que a indenização seja concedida, deve existir uma causa que origine o prejuízo, e, a partir daí, analisa-se se o mesmo deve ser indenizado ou não, até porque há a possibilidade da ocorrência de alguma excludente denexo causal.

Abaixo, serão trazidas à baila algumas decisões, a fim de que sejam realizados estudos prevalentes na causa determinante do dano.

Na Apelação Cível nº 70019017094¹⁹, discutiu-se a existência de caso fortuito e força maior na morte de uma pessoa.

A apelante versou que a morte havida teve como motivo um fio de alta tensão caído ao solo, em vista de uma tempestade ocorrida no dia anterior ao evento danoso. De acordo com suas alegações, o evento natural teria causado a queda do referido fio de alta tensão, sendo que o *de cuius* tivera contato direto com ele posteriormente.

¹⁸ Fernando Noronha.

¹⁹ Em que foi Apelante a Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda, e Recorrente Adesivo Catieli Carvalho e Silva e outros. Fonte: www.tj.rs.gov.br. Acesso em 15/12/2012.

Com isso, entendeu a apelante que se tratou de caso fortuito e de força maior, o que excluiria onexo causal e consequentemente o dever de indenizar.

Contudo, em perícia judicial realizada nos Autos, ficou esclarecido que houve responsabilidade da apelante no evento danoso, pois a ela cabia o dever de substituição do cabo de alta tensão, a qual deveria ter sido realizada antes da tempestade havida. Saliente-se que a apelante procedeu à substituição do mencionado cabo após a ocorrência do evento que causou a morte da vítima.

No acórdão em comento, os desembargadores entenderam que houve a responsabilidade da apelante, por ter se mantido inerte ante o estado deplorável do poste que sustentava o fio de alta tensão, cujo contato causou a morte da vítima pelo choque havido, agindo com desídia e negligência.

Também fica claro no acórdão em questão que a tempestade foi imprevisível quanto à sua intensidade, mas o fato do poste de luz estar em péssimas condições é um ato culposo e negligente atribuível à apelante, a qual não tomou as medidas necessárias para o conserto do mesmo, o que causou o evento danoso.

A decisão de que o apelante deveria indenizar a parte contrária nos danos materiais e morais causados foi pautada no “efeito direto e imediato” do evento danoso, como sendo aquele que mais diretamente esteve ligado a existência do infortúnio.

Por fim, os desembargadores concluíram que o fato da apelante não ter tido o dever de cuidado ao manter a rede elétrica em péssimo estado de conservação, foi a causa direta e imediata do dano causado à vítima.

Por sua vez, a questão debatida na Apelação Cível nº 0491593-9²⁰ tratou de um acidente de trânsito onde houve um engavetamento de veículos, discutindo-se a causa determinante do infortúnio.

O boletim de ocorrência versou que o primeiro veículo, ao colidir na traseira do segundo veículo, projetou este sobre os demais, em um total de 6 (seis).

O primeiro veículo, um VW/Golf, em alta velocidade, colidiu na traseira de outro veículo, o qual foi projetado a frente, causando o engavetamento.

Com isso, conclui-se que a causa determinante do evento, e o efeito direto e imediato do dano, foi a colisão do veículo VW/Golf na traseira de outro veículo que, projetado para frente, causou o engavetamento.

²⁰ Em que são apelante Bradesco Seguros S/A, e recorrente adesivo Marcelo Lentini Ribas. Disponível em www.tj.pr.gov.br. Acesso em 10/01/2013.

A atitude negligente e imperita do condutor do veículo citado causou o evento danoso, sendo que os desembargadores entenderam que este teve responsabilidade na sua ocorrência.

Ainda neste diapasão, veja-se a Apelação Cível nº 2008.001.36192²¹, a qual tratou de danos materiais e morais oriundas de uma lesão sofrida por um cliente no interior de um estabelecimento empresarial.

No caso em estudo, o cliente escorregou em restos de sorvete no piso do estabelecimento, sofrendo lesões.

O laudo pericial constatou que o tombo sofrido pelo autor da ação judicial redundou em lesões em ambos os ombros, estando presentes a responsabilidade objetiva ante a relação de consumo, o nexu causal e o dano.

O laudo também constatou que o autor da ação era portador de doença degenerativa, a qual se manifestou apenas após o acidente havido.

A conclusão que os desembargadores atingiram foi a de que o efeito direto e imediato do evento foi a negligência em não se manter limpo o piso do estabelecimento, a fim de que não ocorressem acidentes com os consumidores que lá adentrassem.

Com isso, a causa determinante do evento danoso causado ao consumidor autor da ação judicial foi a existência de restos de sorvete no piso do estabelecimento fornecedor, lá deixados por negligência da empresa.

Ante os julgados acima citados, e a fundamentação das decisões proferidas, vê-se que a análise para se chegar aos vereditos seguiu no mesmo sentido.

Neste passo, o artigo 403 do Código Civil versa que os danos só resultam do efeito direto e imediato do fato gerador, incluindo os prejuízos efetivos e os lucros cessantes.

No entanto, qual o alcance da expressão “efeito direto e imediato” explicitada na lei?

Para Agostinho Alvim²² (1980, p. 356):

Suposto certo dano, considera-se causa dele a que lhe é próxima ou remota, mas, com relação a esta última, é mister que ela se ligue ao dano, porque ele a ela se filia necessariamente; é causa única, porque opera por si, dispensadas outras causas. Assim, é indenizável todo o dano que se filia a uma causa,

²¹ Em que são Apelantes Royal & Sunalliance Seguros Brasil S/A e Labreda Comércio de Alimentos e Participações Ltda, apelados os mesmos e Aix do Canto Pereira. Tal recurso ainda teve como interessado IRB Brasil Resseguros S/A. Disponível em www.tj.rj.gov.br. Acesso em 10/01/2013.

²² Agostinho Alvim foi Ministro do STF.

ainda que remota, desde que ela lhe seja causa necessária por não existir outra que explique o mesmo dano.

Quer a lei que o dano seja efeito direto e imediato da inexecução.

... a lei impõe a existência de um liame entre inadimplemento da obrigação e o dano, de modo que o inadimplemento se atribua, com exclusividade, á causa do dano.

... A expressão *direto e imediato* significa o nexo causal *necessário*.

Em que pese a opinião do autor acima citado, entendemos que tratar o efeito direto e imediato como “nexo causal necessário” traz certa confusão, visto que a teoria hoje aceita e seguida pelo Código Civil é a da causalidade adequada (artigo 403), a qual superou a teoria da causalidade necessária, conforme acima esmiuçado.

É certo que tal entendimento foi proferido quando da vigência do Código Civil de 1916, época na qual o ilustre autor defendia a teoria da causalidade necessária, hoje superada.

O que se pode anotar do estudo do nexo causal é a dificuldade que existe em poder apontá-lo sem qualquer resquício de dúvida.

Inclusive, Serpa Lopes (1995, p. 218), versa que a relação causal entre o fato ilícito e o dano é aparentemente “limpa de dificuldade”, “mas se trata de mera aparência, porquanto a noção de causa é uma noção que se reveste de um aspecto profundamente filosófico, além das dificuldades de ordem prática...”

A questão de se determinar a causa da responsabilidade civil é tão intrincada que o mesmo autor (LOPES, 1995, p. 218) conclui que

O que se deve entender, juridicamente, por nexo causal determinador da responsabilidade civil? O esclarecimento dessa noção vamos encontrá-lo(sic) na lição de DEMOGUE ao precisar que não pode haver uma questão de nexo causal senão tanto quanto se esteja diante de uma relação necessária entre o fato incriminado e o prejuízo. É necessário que se torne absolutamente certo que, sem esse fato, o prejuízo não poderia ter lugar.

Caio Mário da Silva Pereira (2002, p. 76) versa que “no tocante à determinação do nexo causal, duas questões logo se apresentam. A primeira diz respeito à *dificuldade de sua prova*. A segunda situa-se na identificação do fato que constitui a verdadeira causa do dano, notadamente quando ocorre *causalidade múltipla*.”

Orlando Gomes (1992, p. 332/333) também se deparou com a questão, entendendo que “basta que entre as suas causas responda pela que determinou o prejuízo imediato.” E ele, assim como Serpa Lopes e Caio Mário da Silva Pereira, também conclui que o nexo causal não é de fácil determinação.

Neste sentido, os julgadores de nossos tribunais também encontram dificuldades em determinar critérios para aferir o que seria o efeito direto e imediato preconizado pela norma.

A tendência jurisprudencial, e as decisões acima colacionadas, enveredam no caminho de se encontrar a *causa determinante* do dano, e que, conseqüentemente, gerou a obrigação de indenizar.

Com isso, e em resposta ao questionamento acima realizado, conclui-se que o efeito direto e imediato das perdas e danos é a causa determinante da ocorrência dos mesmos.

Outrossim, o que se deve levar em conta é a causa que determinou a ocorrência do evento danoso. Esta é a tendência doutrinária e jurisprudencial do direito pátrio, e é desta forma que se deve interpretar o alcance da expressão “efeito direto e imediato”.

CONCLUSÃO

O nexo causal exerce um papel de suma importância na responsabilidade civil, visto que liga a culpa aos danos e prejuízos ocorridos à vítima.

As excludentes de causalidade também possuem a mesma importância, pois podem eximir o autor do dano de sua obrigação de indenizar.

Ambas as questões não são tão simples de se delimitar na prática, sendo que a doutrina também encontra dificuldades na sua restrição.

Com a análise doutrinária e de decisões de nossos tribunais realizada no presente trabalho, fica clara a importância dos institutos em estudo. Também fica claro o critério utilizado hodiernamente para chegar-se ao “efeito direto e imediato”.

Tal critério é a causa determinante do dano, sendo que o alcance do “efeito direto e imediato” é justamente o que determinou, ou determina o aparecimento do dano à vítima.

No nosso estudo, procuramos deixar claro que esta é a tendência tanto doutrinária quanto jurisprudencial acerca do termo acima citado, pois o que realmente faz a diferença, e sacramenta a questão, é a causa determinante do dano.

É o critério que a norma não conseguiu transmitir a contento na redação do artigo 403 do Código Civil pátrio.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 5. Ed. São Paulo: Saraiva. 1980. p. 356.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação cível. Responsabilidade civil. Morte por choque elétrico em fio de alta tensão caído no solo. Caso fortuito e força maior. Inocorrência. Acontecimento danoso previsível e evitável. Caracterização do nexo causal. Dever de reparar configurado. Apelação Cível nº 70019017094. 6A. CÂMARA CÍVEL. Relator: Odone Sanguiné. Apelante: Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda, e Recorrente Adesivo Catieli Carvalho e Silva e outros. Julgado em 25. Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.tj.rs.gov.br>> Acesso em: 10. ago. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Responsabilidade civil. Acidente. Engavetamento de veículos. Causa determinante. Falta de atenção e cuidado do condutor do veículo segurado. Reconhecimento da culpa concorrente. Inovação recursal. Danos materiais comprovados. Dano moral. Não caracterizado. Apelação Cível Nº 0491593-9. 10A. CÂMARA CÍVEL. Relator: Nilson Mizuta. Apelante: Bradesco Seguros S/A. Recorrente: Adesivo Marcelo Lentini Ribas. Julgado em 07. Ago. 2008. Disponível em: <<http://www.tj.pr.gov.br>> Acesso em: 10. ago. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ação de indenização. Responsabilidade objetiva. Estabelecimento comercial. Lesão sofrida por cliente. Danos materiais comprovados. Dano moral configurado. Indenização. Quantificação. Apelação Cível nº 2008.001.36192. 2A. CÂMARA CÍVEL. Relatora: Elizabete Filizzola. Apelantes: Royal & Sunalliance Seguros Brasil S/A e Labreda Comércio de Alimentos e Participações Ltda. Apelados: os mesmos e Aix do Canto Pereira. Interessado: IRB Brasil Resseguros S/A. Julgado em 27. Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.tj.rj.gov.br>> Acesso em: 10. ago. 2010.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Nexo causal*. 2.ed Sao Paulo: Malheiros, 1996. p. 65.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 8. Ed. Rio de janeiro: Forense. 1992.

LOPES, Miguel Maria de Serpa, *Curso de Direito Civil: Fontes acontratuais das obrigações*. Vol V. 4. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1995. p. 218.

NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações: Vol I*. São Paulo: Saraiva. 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 76.

RIZZARDO, Arnaldo. *Responsabilidade civil: lei n. 10.406, de 10/01/2002*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 76.

SAVI, Sérgio. *Inadimplemento das obrigações, mora e perdas e danos*. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Obrigações Estudos na perspectiva civil-constitucional*. Rio de Janeiro : Renovar, 2005, p. 457/488.